

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

O ARTIGO 3º-A DO CPP E OS SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS	9
1.1. O sistema acusatório.....	10
1.2. O sistema acusatório e os modelos adversarial e inquisitorial	29
1.3. O novo art. 3º-A do CPP e o sistema acusatório de semblante inquisitorial do processo penal brasileiro	35
1.3.1. Abrangência do art. 3º-A do CPP a todo o processo penal brasileiro.....	39
1.3.2. Vedação à iniciativa do juiz na fase de investigação.....	41
1.3.3. Vedação à substituição da atuação probatória do órgão de acusação	45

CAPÍTULO 2

O JUIZ DE GARANTIAS DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	53
2.1. Aspectos introdutórios, apologia e crítica ao juiz das garantias, vacatio legis e o reconhecimento da constitucionalidade do instituto.....	53
2.2. Âmbito de aplicação do juiz das garantias	65
2.3. Regramento do juiz das garantias no CPP e o entendimento do STF nas ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305.....	67
2.3.1. Matérias de competência do juiz das garantias.....	72
2.3.2. Limite da competência do juiz das garantias.....	103
2.3.3. Reexame conferido ao juiz da instrução e julgamento	104
2.3.4. Autos acautelados na secretaria do juízo das garantias	105
2.3.5. A inconstitucionalidade do art. 3º-D.....	106
2.3.6. A investidura do juiz das garantias.....	108
2.3.7. Juiz das garantias e o tratamento do preso.....	109

CAPÍTULO 3

O ARQUIVAMENTO DOS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS SOB O NOVO ART. 28 DO CPP	111
3.1. Sistemática anterior à Lei n. 13.964/2019.....	113
3.2.. Sistemática do novo art. 28 e a decisão do STF nas ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305.....	115
3.3. Arquivamento por atipicidade do fato ou extinção da punibilidade.....	123
3.4. Desarquivamento com base em novos elementos informativos.....	124
3.5. Arquivamento de investigação de agentes ou autoridades com prerrogativa de foro por prerrogativa de função.....	127
3.6.. Arquivamento de investigação de morte decorrente de intervenção policial.....	127
3.7. Outras previsões legais de recurso da decisão que determina o arquivamento do inquérito policial	128
3.8. Aplicação da nova sistemática do art. 28 à hipótese de mutatio libelli	128
3.9.. Aplicação da nova sistemática do art. 28 do CPP e a Súmula 696 do STF	133
BIBLIOGRAFIA	135